

Conselho de anônimos

DARSE JÚNIOR

DA EQUIPE DO CORREIO

Marcada para ontem, a reunião do Conselho de Gestão da Área Preservada de Brasília (Compresb) foi adiada. Faltou quorum para discutir os assuntos previstos na pauta — regulamentação de alvarás a título precário e irregularidades em empreendimentos às margens do Lago Paranoá. Os conselheiros até foram ao local marcado, mas não puderam discutir os temas previstos. O decreto que nomeou sete dos 18 membros venceu no último dia 26. A renovação dos mandatos deveria ter sido enviada para publicação no *Diário Oficial* pela Secretaria de Habitação (Seduh), mas não ocorreu. A nova reunião foi remarcada para o próximo dia 29.

O adiamento dividiu a opinião dos integrantes do Compresb. Para alguns, trata-se de uma estratégia para adiar a discussão dos temas que estavam na pauta ou, ao menos, demonstra a falta de organização por parte dos responsáveis. “O calendário está definido desde o início do ano. É lamentável que ocorra esse tipo de problema numa ocasião em que seriam tratados assuntos importantes para Brasília. A cidade não pode esperar”, critica Sérgio Paganine, integrante do Compresb e presidente do Conselho Comunitário da Asa Norte.

A pauta prevista para ontem se restringia a dois temas: a regulamentação dos alvarás a título precário usados em comércios de Brasília e a alteração na destinação dos lotes da orla do Paranoá. Na última reunião, o

relator do processo, Paganine, apresentou um parecer contrário à construção do empreendimento Ilhas do Lago. “O Ilhas do Lago será usado, na realidade, como residência e isso não pode”, destacou. O coordenador das Administrações Regionais, Vatanábio Brandão, pediu vistas do processo e ficou de apresentar seu posicionamento no encontro de ontem.

Regimento

A presidente do Conselho Comunitário da Asa Sul, Heliete Bastos, engrossa o coro dos insatisfeitos com os percalços do Compresb. “É estranho. Para publicar os nomes no *Diário Oficial*, basta enviar o documento no dia anterior”, pondera Heliete, que garante ter entregue os documentos para a renovação do mandato no início do mês.

Outra crítica apontada por Heliete é a desobediência ao regimento. “Deveríamos receber a pauta com, pelo menos, sete dias de antecedência, mas não é o que acontece”, acrescenta.

Para o superintendente regional do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Afredo Gastal, o cancelamento da reunião é compreensível. Ele atribui a culpa à burocracia. “Acontece nas melhores famílias, não devemos colocar chifre em cabeça de cavalo. O conselho é independente, não recebe influência de orientação política alguma”, afirma.

A secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Diana da Mota, foi procurada pelo **Correio**, mas não retornou as ligações. Em nota oficial, informou que “as renomeações devem ocorrer nos próximos dias.”